

cada vida importa

Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência



realização:



apoio:



2017.2

cada vida importa

Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

realização:



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará



apoio:





A Assembleia mais perto da juventude cearense

Deputado Zezinho Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

O TRABALHO QUE o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), da Assembleia Legislativa do Ceará, vem realizando é de grande importância para que tenhamos paz em nosso estado. Após a divulgação do relatório Cada Vida Importa, lançado em 2016, o CCPHA tem disseminado os frutos do trabalho visitando municípios, uma vez que alguns deles já implementaram projetos de prevenção de homicídios em suas cidades.

No meu entendimento, um grande diferencial deste comitê é o olhar que prioriza as famílias vítimas de homicídio ou tentativas de assassinatos, como também a aproximação de coletivos de juventudes contra a violência em nosso estado.

Vale ressaltar que o sucesso objetivo do CCPHA foi reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na edição 2017-2020 do Selo UNICEF, e também no Primeiro Ciclo de Capacitação do Selo UNICEF.

Desde 2014, lidero a campanha Ceará sem Drogas, que tem o objetivo de mobilizar a sociedade cearense em torno da prevenção à dependência química e por meio da qual já promovemos 23 encontros nos mais diversos municípios cearenses. Pesquisas realizadas comprovam que de 70 a 80% dos jovens procuram as drogas por curiosidade. Entendo que para onde levamos a campanha e a mensagem do ex-jogador de futebol da Seleção Brasileira e comentarista esportivo, Walter Casagrande, que conta sua triste experiência com os entorpecentes, fazemos com que cada jovem

pense várias vezes antes de se aproximar de algo que não o trará benefícios.

Fruto da campanha, foi criado o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas. O projeto de minha iniciativa foi aprovado por unanimidade pelos deputados estaduais e viabilizado pelo então governador Cid Gomes. O objetivo do Fundo é facilitar a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados à execução das atividades do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Importante frisar que tanto o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, como a campanha Ceará sem Drogas, são exemplos para outras casas legislativas. Isso evidencia que estamos fazendo um bom trabalho.

Reconheço o trabalho do relator do Comitê, deputado Renato Roseno, e de todos da equipe do CCPHA. Agradeço também a todos os demais deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por acreditarem nos projetos da Casa, votando a favor de causas importantes para os adolescentes do nosso estado, em busca de um futuro melhor para o nosso Ceará.

Não posso deixar de citar o trabalho e os investimentos realizados pelo governador Camilo Santana nas áreas da segurança e educação. Desta forma, procuramos reduzir os indicadores de violência registrados em nosso Estado, com o apoio de todos os cearenses e dos poderes Executivo e Legislativo.

Prevenção à violência deve ser prioridade na agenda da segurança pública

Deputado Renato Roseno

Relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

ENCERRAMOS O ANO de 2017 com o impactante número de 981 homicídios de adolescentes no Estado do Ceará. Vivenciamos uma faceta cruel da violência que atinge a nossa sociedade como um todo, mas que é direcionada, de forma mais trágica, a um público que tem cor, idade e endereço. No Brasil, a violência tem CEP.

A dinâmica que a violência letal atingiu nos dias atuais nos preocupa cada vez mais. Além da brutalidade que tem caracterizado os assassinatos no Estado, dados da Secretaria de Saúde de Fortaleza nos revelam que a idade média das vítimas de homicídio tem caído: são os mais jovens os que estão morrendo mais.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também tem alertado para o aumento das mortes de adolescentes do sexo feminino: só em Fortaleza, esse número cresceu mais de 400% no último ano.

Durante o ano de 2017, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência se reuniu com prefeitos, parlamentares, diferentes órgãos do poder público e movimentos da sociedade civil organizada em busca de caminhos para atravessarmos esse cenário. Temos insistido no cumprimento das nossas 12 recomendações de prevenção em contraponto ao clamor que alimenta uma agenda exclusivamente repressiva.

A nossa atuação já incidiu positivamente em programas desenhados por instituições públicas, como Defensoria Pública e Ministério Público, e em iniciativas dos poderes Legislativo e Executivo, em municípios como Fortaleza, Sobral, Caucaia, Horizonte, Eusébio e Maracanaú.

Em tempos de pessimismo e tristeza por um luto que tem se prolongado no nosso estado, apostamos na mobilização política e social para superarmos essa crise civilizatória. Nesse sentido, propomos cinco atitudes fundamentais aos representantes do poder público para enfrentarmos esse cenário: urgência, pactuação, regularidade, assertividade e planejamento.



Foto: Davi Pinheiro

Para superarmos a violência letal, precisamos falar de pulsão de vida. Há uma resistência criativa, carregada de potência de vida, em centenas de coletivos de juventude espalhados em todas as cidades. Precisamos dar-lhes visibilidade, valorizá-los, fortalecê-los. Nós, do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, intensificaremos nossa pauta propositiva para prevenir homicídios, dialogando com esses diferentes atores e atrizes que acreditam e lutam para que todas as crianças e adolescentes acessem uma vida digna, tendo assegurados todos os direitos básicos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

19

adolescentes
assassinados
POR SEMANA
no Ceará

414

assassinatos de
MENINOS
e
MENINAS
no território de Fortaleza
(2017)

Número de homicídios de
meninas



aumentou

196%

no Ceará

Ceará apresenta alta de

50%

de homicídios
de adolescentes (2017)

Mortes por
intervenção policial
crescem

292%

no Ceará (2013 a 2017)



981 adolescentes
assassinados
(2017) no Ceará

402

casos de homicídios
registrados pela SSPDS

SEM

a informação de idade
em 2017

Ceará contabiliza

5.134

homicídios em 2017,

o maior

registro da história do Estado

Homicídios de
adolescentes
aumentam

91%
em Fortaleza (2017)



Foto: Felipe Abud

Comitê influencia políticas públicas e mobiliza sociedade pela prevenção de homicídios

CONTABILIZADO MAIS DE UM ANO de trabalho após a apresentação do relatório Cada Vida Importa, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), em 2017, concentrou esforços para mobilizar diferentes setores da sociedade em defesa da prevenção de homicídios de meninos e meninas de 10 a 19 anos. O principal desafio para os próximos meses, após alguns resultados que incidiram em políticas públicas no Estado do Ceará, continua sendo chegar, de forma rápida e efetiva, aos adolescentes que podem ser vítimas de violência letal, evitando novas mortes.

Durante o ano de 2017, o relator do CCPHA, deputado Renato Roseno, e integrantes do Comitê se reuniram com seis dos sete prefeitos dos municípios visitados na pesquisa realizada no ano passado: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Horizonte, Sobral e Eusébio. Ao lado de Juazeiro do Norte, essas cidades concentram cerca de 70% dos homicídios do Ceará.

Dentre os resultados dessa sensibilização, pode-se citar a instituição do Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (Cempha) na capital cearense, que teve sua primeira reunião de trabalho no dia 27 de dezembro de 2017. A iniciativa é de grande relevância para a execução de políticas de prevenção de mortes na adolescência e pode ser um pontapé para a elaboração de programas e iniciativas com caráter executivo, chegando efetivamente a um público mais vulnerável à violência.

O município de Sobral, por iniciativa do prefeito Ivo Gomes, que presidiu o CCPHA durante a pesquisa realizada em 2016, também já tem implementado projetos de prevenção de homicídios na cidade, com foco em comitês locais e territórios pilotos, como a criação de uma Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) de Prevenção de Violências na Adolescência. O prefeito do Eusébio, Acilon Gonçalves, inaugurou, no fim de 2017, três programas direcionados à juventude com foco em reduzir a violência letal no Município.

Dialogando com as recomendações do nosso comitê e com a proposta de evitar a revitimização, a Defensoria Pública do Estado criou a Rede Acolhe, programa que oferece atendimento jurídico e psicossocial às famílias vítimas de homicídio ou tentativas de assassinatos. Iniciado no primeiro semestre

de 2017, a Rede Acolhe inaugurou os atendimentos com visitas sociais às famílias entrevistadas pelo CCPHA em 2016.

Guiando-se pelas recomendações do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a edição 2017-2020 do Selo UNICEF também incluiu a prevenção de formas extremas de violência contra crianças e adolescentes como uma das exigências para que os 1.919 municípios participantes consigam o reconhecimento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O deputado Renato Roseno, relator do CCPHA, apresentou, no dia 7 de dezembro de 2017, o relatório Cada Vida Importa no Primeiro Encontro de Capacitação do Selo UNICEF no Ceará, em evento que contou com a participação de representantes de 176 municípios cearenses. A atividade inaugurou o diálogo do UNICEF com as prefeituras do Estado, em um trabalho que deverá se prolongar até dezembro de 2020, quando se encerra a atual edição.

O trabalho articulado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios também impactou o orçamento público. Em Fortaleza, por meio de emenda do vereador Guilherme Sampaio ao Plano Plurianual (PPA), foi criado o programa Cada Vida Importa, com ações voltadas à prevenção de homicídio de adolescentes. A iniciativa prevê execução de R\$ 2 milhões em ações no ano de 2018 e mais R\$ 8 milhões para o período de 2019 a 2021. A iniciativa foi articulada e apoiada pela sociedade civil, por meio do Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA).

Na Assembleia Legislativa, parlamentares aprovaram o projeto de autoria do deputado Renato Roseno que inclui, no calendário oficial do Estado, a Semana de Prevenção aos Homicídios de Jovens. A lei oficializa 12 de novembro como o Dia Estadual de Prevenção de Homicídios de Jovens em memória à Chacina de Messejana, que vitimou 11 jovens, nove dos quais adolescentes. O parlamentar ainda é autor de emenda anexa à Lei Orçamentária Anual

(LOA) 2018 que cria um programa de prevenção de homicídios no Estado.

Visando à construção de uma mídia sem violações de direitos, a equipe do CCPHA está dialogando com o Ministério Público do Estado para criar grupos de monitoramento de programas televisivos que desrespeitam cotidianamente os direitos de imagem de famílias que perderam adolescentes e foram vítimas de violência.

Reforçando a articulação social contra as mortes de adolescentes, o CCPHA tem se aproximado de coletivos de juventudes que se mobilizam, por meio de cultura e arte, contra a violência letal que atinge especialmente um perfil: jovem, negro, do sexo masculino e morador da periferia urbana. Reconhecemos a importância do trabalho de resistência que tem sido feito por dezenas de grupos organizados ou por iniciativas independentes.

A experiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência também tem sido modelo para assembleias legislativas de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, que articulam a criação de colegiados similares. O deputado Renato Roseno já apresentou o relatório Cada Vida Importa na Câmara Municipal de Recife, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e aos vereadores de Fortaleza. No Rio de Janeiro, o parlamentar se reuniu com integrantes da campanha Instinto de Vida, a convite da organização.

No IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos, em Brasília, Renato Roseno apresentou as 12 recomendações para prevenir homicídios de adolescentes, ressaltando as competências dos municípios para prevenir mortes violentas de adolescentes. Em junho de 2017, o relator do CCPHA participou do Simpósio de Criminologia de Estocolmo, na Suécia, apresentando os dados de homicídios de adolescentes no Ceará, causando grande impacto aos especialistas de outros países.

Pesquisadores de diferentes universidades do Ceará também iniciaram uma mobilização para sensibilizar a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade contra o extermínio da juventude negra e moradora da periferia. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem participado do debate, colaborando com a produção de dados e participando das atividades propostas, espalhadas em diversos campi da Capital e do Interior do Estado.

Estratégias de trabalho

Para o seu segundo ano de atuação, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência definiu um conjunto de metas, entre as quais a concretização de um protocolo intersetorial envolvendo os serviços de Saúde, Assistência Social, Justiça, Educação e Segurança Pública. Desenhado em parceria com esses setores, a proposta é que o protocolo funcione como marco orientador para atenção integral e intersetorial às famílias de adolescentes vítimas de homicídio para evitar que novas violências sejam cometidas.

Diante do trágico cenário, a equipe do CCPHA defende a mobilização de diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, uma das estratégias é estreitar o diálogo inter-religioso, já iniciado por meio de colaboração na agenda da Campanha da Fraternidade, que traz a superação da violência como tema principal na edição do ano de 2018. A proposta é expandir esse diálogo para outras igrejas e religiões, como as de matriz africana.

Outra prioridade de trabalho deve ser a expansão de estratégias de proteção para adolescentes ameaçados de mortes, complementando a rede já existente de programas de proteção, e a ampliação de projetos que foquem nos adolescentes mais vulneráveis aos homicídios: aqueles que estão fora da escola e já inseridos em grupos armados, egressos do sistema socioeducativo e moradores dos territórios que concentram muitos homicídios.

Também será prioridade para o Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

acompanhar e colaborar com a capacitação de gestores municipais na programação articulada pelo Selo UNICEF em sua edição 2017-2020, com foco nas iniciativas dos municípios na prevenção de homicídios de adolescentes.

Nesse contexto de naturalização dos homicídios, a espetacularização das mortes de adolescentes em programas televisivos policiais também vai ocupar o trabalho do CCPHA nos próximos meses. Em 2017 foi criado um grupo de discussões com participação do Ministério Público Estadual para construir um modelo de monitoramento – e responsabilização das empresas – dessa programação, identificando violações recorrentes de direitos humanos.

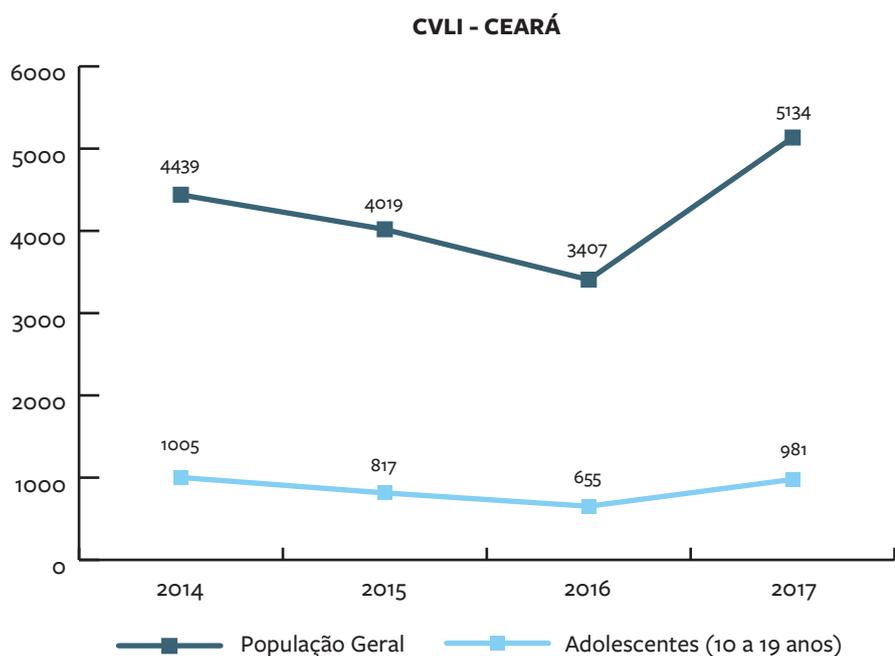
Além de monitorar o cenário de violência letal da juventude no Estado, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência reconhece ser relevante mapear e colaborar com iniciativas de boas práticas. Identificam-se organizações da sociedade civil, coletivos de juventude e setores das gestões públicas à frente de projetos relevantes de valorização da vida dos jovens, especialmente do perfil mais atingido pela violência letal. Em 2018 é preciso insistir na ideia que nos mobiliza e nos motiva a continuar: Cada Vida Importa.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência lançou o site www.cadavidaimporta.com.br para dar transparências às informações sobre mortes de adolescentes e jovens no Estado do Ceará. Além do monitoramento desses homicídios, podem ser acessadas no endereço eletrônico todas as publicações do Comitê e as atividades realizadas pelo colegiado.

981 adolescentes assassinados no Ceará em 2017

QUASE 19 ADOLESCENTES foram mortos por semana durante o ano de 2017 no Ceará, engrossando uma estatística alarmante no Estado, com 981 meninos de 10 a 19 anos assassinados. O levantamento foi feito pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência de acordo com os dados divulgados no portal eletrônico da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). O número representa aumento de quase 50% em relação a 2016, quando 655 adolescentes foram vítimas de violência letal. Essa estatística chegou a 817 em 2015 e 1.005 meninos mortos em 2014.

O Ceará encerrou o ano de 2017 com a marca de 5.134 homicídios da população geral, o maior número já registrado na história do Estado. Por sua vez, a interrupção dessas vidas não pôs fim a um ciclo de sofrimento. Ao contrário disso, essas mortes violentas geraram novos cenários de violência, com ampliação de ameaças, conflitos, expulsões de famílias de suas casas e tentativas de homicídios.



GRÁF. 1. Mortes da população geral e dos adolescentes no Ceará

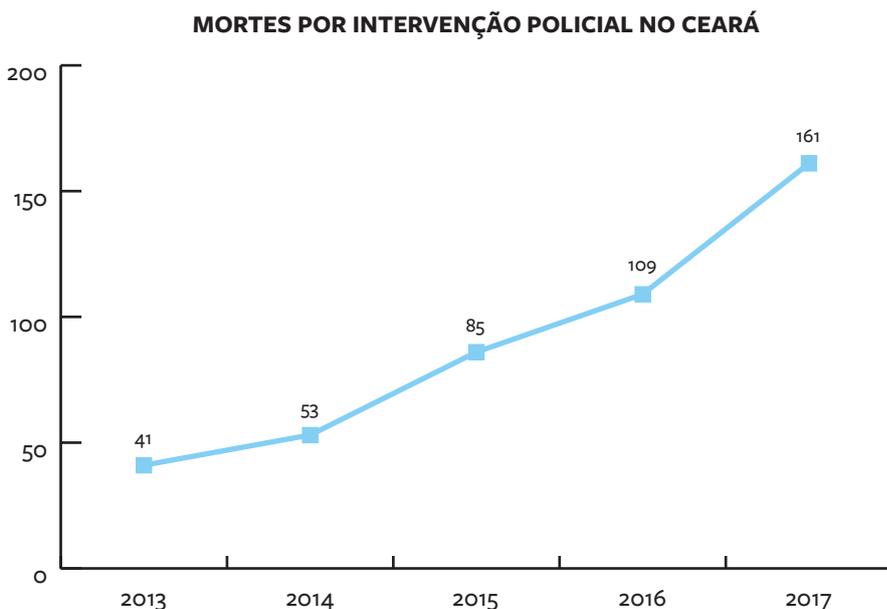
Na capital cearense, a Secretaria Municipal de Saúde contabilizou 509 adolescentes assassinados cujo atestado de óbito indicava Fortaleza como local de residência. Os bairros com o maior número absoluto de mortes de adolescentes foram o Bom Jardim e o Jangurussu, ambos com 31 homicídios em 2017.

O levantamento feito pelo sistema de Saúde revela diferenças em relação aos dados divulgados pela SSPDS, porque a primeira leva em conta o endereço de residência da vítima, ou seja, onde o adolescente morava, enquanto a Secretaria da Segurança Pública considera o local da morte. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde apontou que a certidão de óbito de 509 meninos indicava Fortaleza como local de moradia da vítima. Por sua vez, a SSPDS notificou 414 assassinatos de meninos e meninas no território de Fortaleza em 2017, 95 a menos do que os registros da equipe de Saúde.

Outro problema identificado é a subnotificação das mortes de adolescentes. Durante o ano de 2017, há 402 casos de homicídios registrados sem a informação de idade no site da Secretaria da Segurança Pública. Desses, 172 também não têm o nome da vítima. Na prática, o levantamento que aponta 981 assassinatos de adolescentes pode ser inferior à realidade, já que não se sabe a idade de 402 pessoas que foram mortas nos municípios do Ceará.

As mortes por intervenção policial também dispararam no Estado no último ano. De 2013 a 2017, o número de vítimas subiu de 41 para 161, um aumento de 292,6%. Em 2016, 109 pessoas morreram por intervenção policial. A SSPDS não detalha, no entanto, as idades dessas vítimas.

5.134 homicídios da população geral, o maior número já registrado na história do Estado.



GRÁF. 2. Mortes por intervenção policial.

Situação se agrava em seis das sete cidades mapeadas na pesquisa do CCPHA

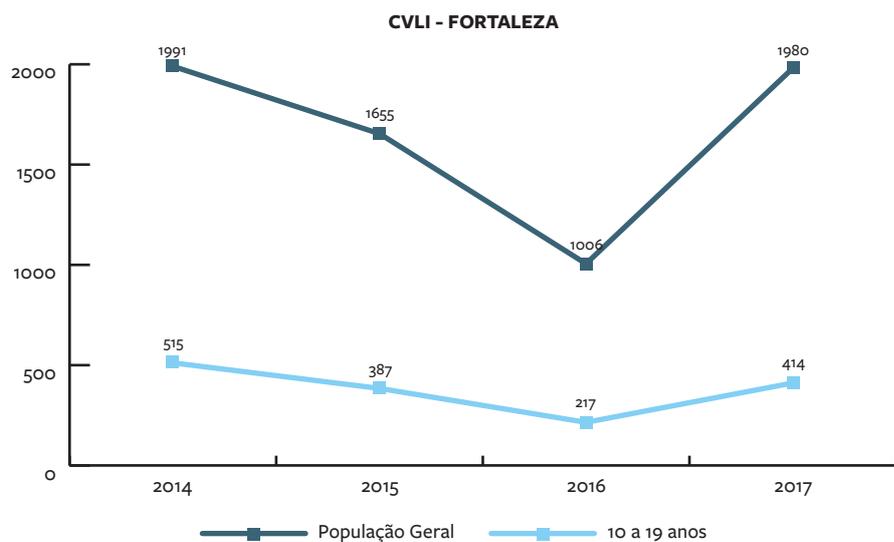
A COMPLEXIDADE DO CENÁRIO de violência letal contra a juventude não se restringe a Fortaleza. Cinco das demais cidades onde o CCPHA realizou pesquisa de campo em 2016 - Maracanaú, Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte e Horizonte - também apresentaram alta de homicídios na adolescência. Apenas o município do Eusébio sinalizou para uma redução.

Na capital cearense, foram registradas 414 mortes de meninos de 10 a 19 anos, quase 91% a mais do que os 217 homicídios no ano anterior. O número é o maior desde 2014, quando 515 adolescentes sofreram violência letal. Em Caucaia, as estatísticas de adolescentes assassinados dobraram de 2016 para 2017, passando de 42 para 85 meninos e meninas mortos.

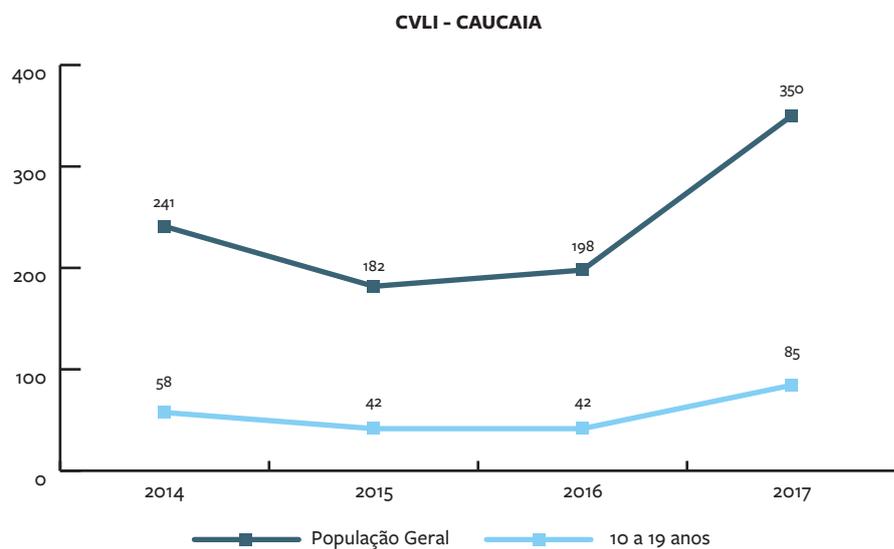
Maracanaú apresentou alta de 21% em 2017, registrando 63 homicídios de adolescentes frente aos 52 que morreram em 2016. No município de Horizonte, as 12 mortes em 2016 subiram para 20 ao final do ano de 2017, representando acréscimo de 67%. A cidade de Sobral também vivenciou uma explosão nesse tipo de crime, subindo de nove em 2016 para 29 mortes em 2017, aumento de 222% de um ano para outro.

Aumento de homicídios de adolescentes em Fortaleza chega a 91%.

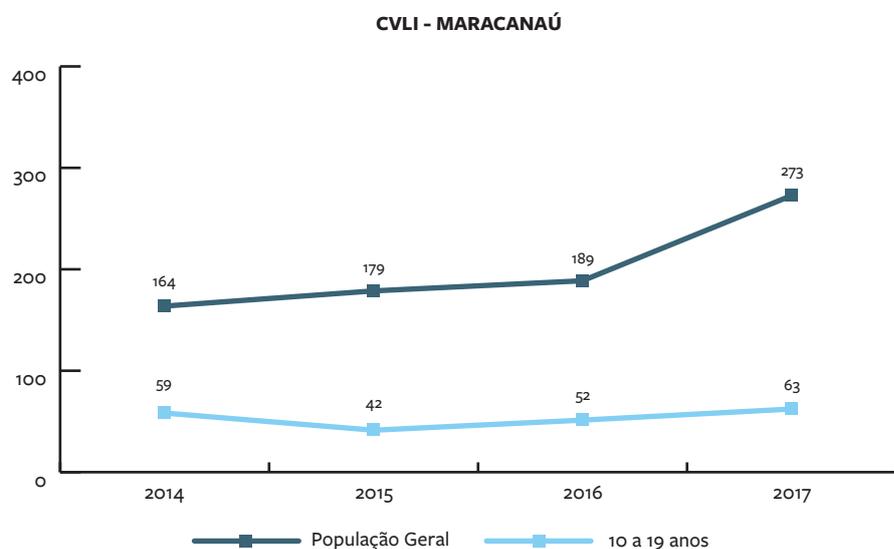
Encerrando o ano de 2016 com 19 assassinatos de meninos de 10 a 19 anos, o balanço de 2017 também foi ruim para Juazeiro do Norte, que fechou o ano com 29 homicídios de adolescentes, quase 53% a mais que no ano anterior. Das sete cidades visitadas durante a pesquisa que culminou no relatório Cada Vida Importa, Eusébio foi a única a apresentar redução de homicídios de um ano para outro. Em 2016, 16 meninos foram assassinados; em 2017, o número caiu para 14, decréscimo de 12,5%.



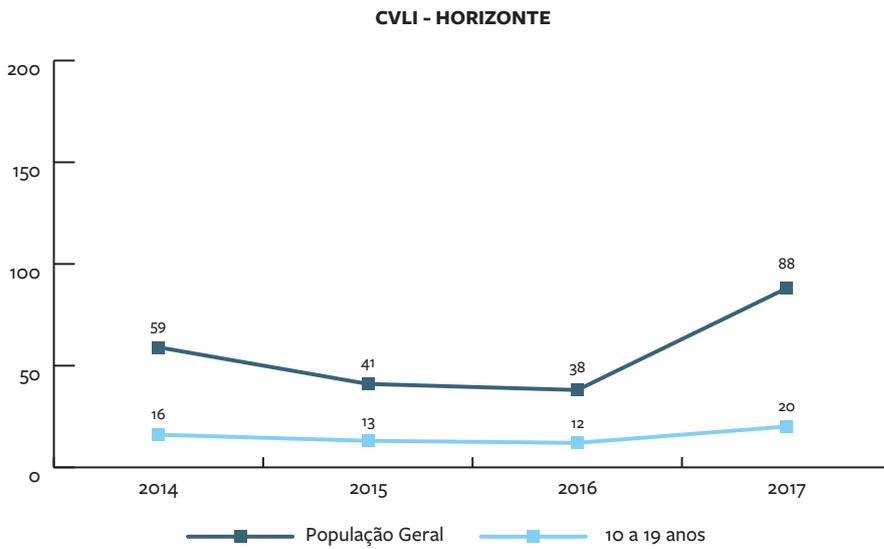
GRÁF. 3. Mortes da população geral e dos adolescentes em Fortaleza



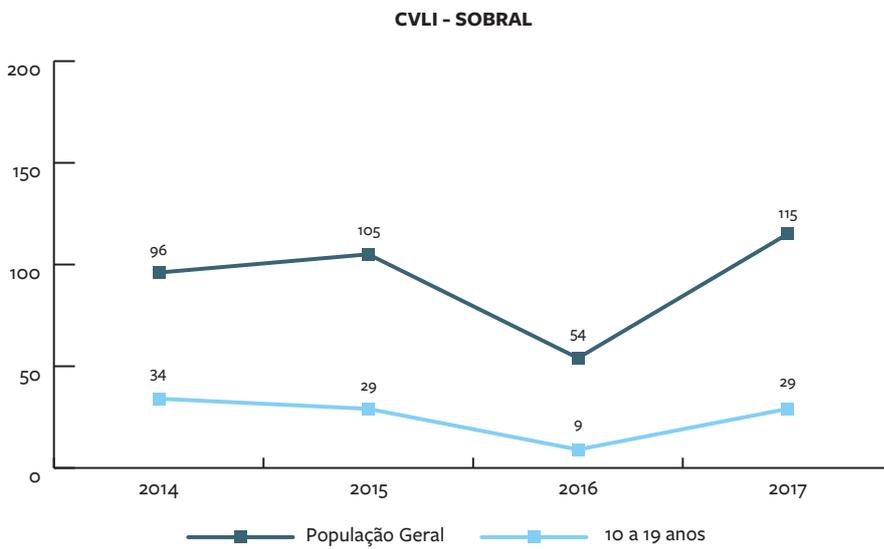
GRÁF. 4. Mortes da população geral e dos adolescentes em Caucaia



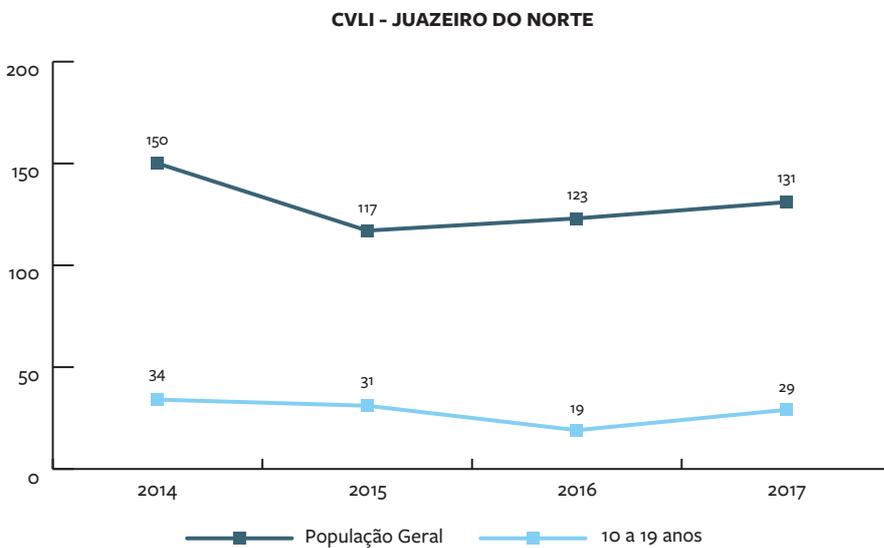
GRÁF. 5. Mortes da população geral e dos adolescentes em Maracanaú



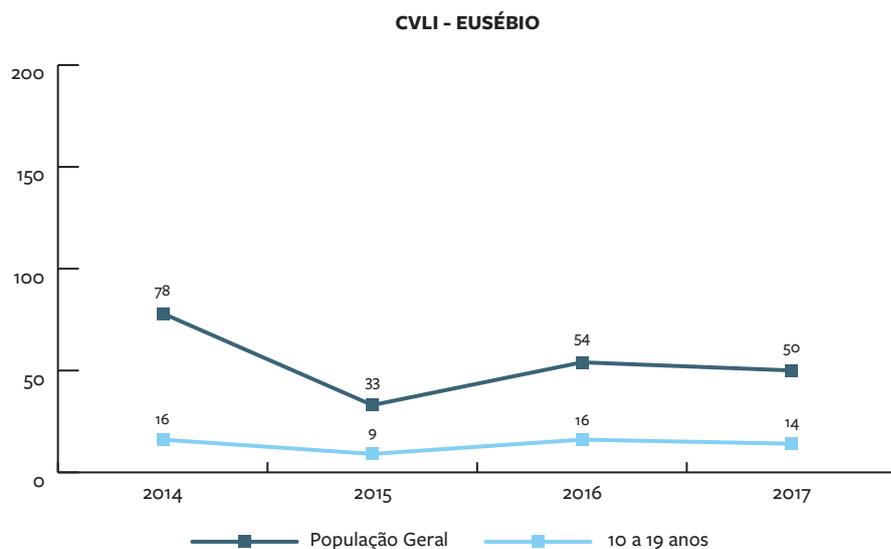
GRÁF. 6. Mortes da população geral e dos adolescentes em Horizonte



GRÁF. 7. Mortes da população geral e dos adolescentes em Sobral

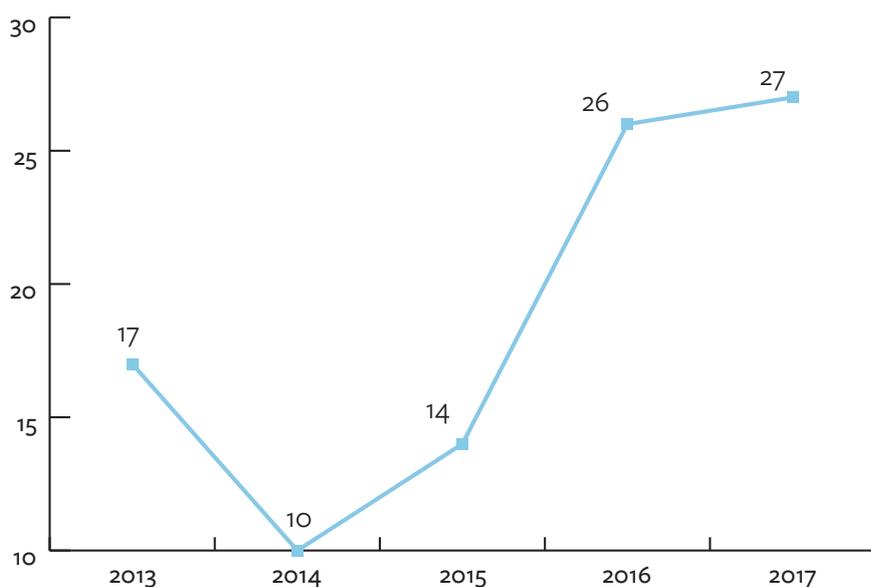


GRÁF. 8. Mortes da população geral e dos adolescentes em Juazeiro do Norte



GRÁF. 9. Mortes da população geral e dos adolescentes no Eusébio

A intensificação dos conflitos nos territórios urbanos também tem vitimado agentes da segurança pública. De acordo com levantamento concedido pela SSPDS, o número de policiais que sofreram homicídio praticamente se manteve igual ao de 2016. Em 2017, 27 policiais foram mortos em serviço ou na folga, um a mais do que foi registrado no ano anterior.



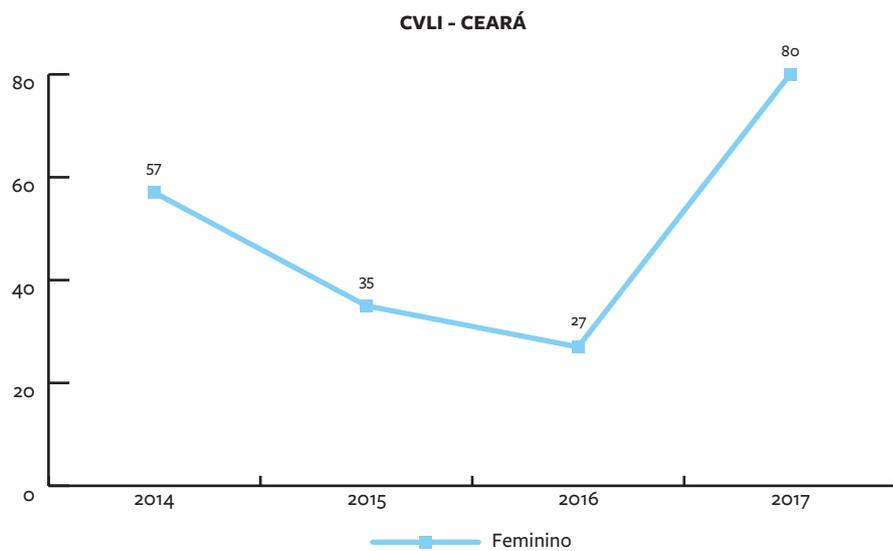
GRÁF. 10. Policiais mortos em serviço e na folga

Aumento de homicídios de mulheres e tortura de meninas levantam preocupação

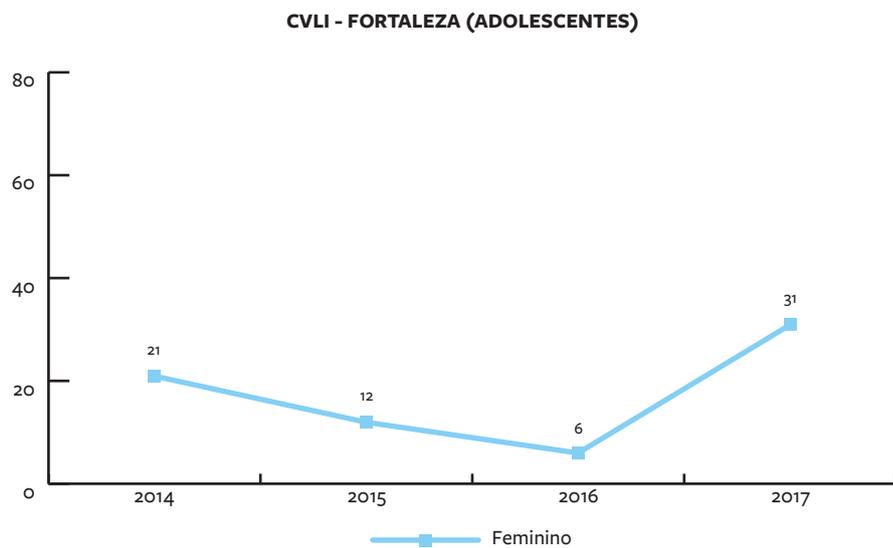
COM BASE NA SÉRIE histórica, o número de assassinatos de adolescentes do sexo masculino é substancialmente mais elevado do que as estatísticas de meninas mortas. No último ano, entretanto, os registros de homicídios de adolescentes do sexo feminino no Ceará dispararam quase 200%, causando preocupação. Em 2017, 80 meninas foram mortas no Estado, dado que revela alta de 196% em relação ao ano anterior, quando 27 foram vítimas de violência letal. Em cidades como Fortaleza, essa variação chega a 417% de um ano para outro, enquanto em Caucaia dispara para 600%.



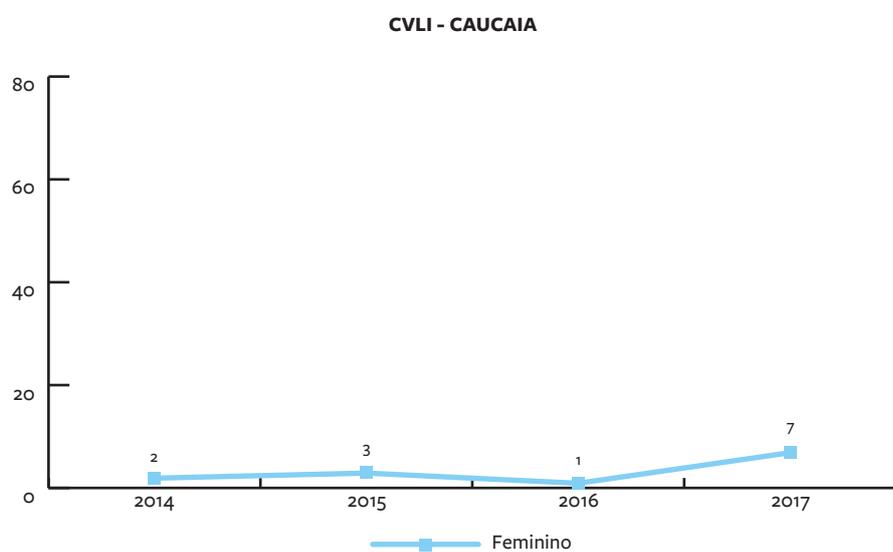
CCPHA se reuniu com movimentos de mulheres para discutir a alta nos homicídios de meninas. Foto: Arquivo CCPHA



GRÁF. 11. Mortes de mulheres no Ceará



GRÁF. 12. Mortes de meninas em Fortaleza



GRÁF. 13. Mortes de mulheres em Caucaia

Em 2017, 80 meninas foram mortas no Estado, uma alta de 196% em relação ao ano anterior.

O número absoluto de meninos mortos ainda é predominantemente maior, concentrando quase 92% do total de homicídios, mas o registro de meninas assassinadas tem crescido a passos largos. Se de 2016 para 2017 o aumento de assassinatos de adolescentes do sexo feminino foi de 196%, entre os meninos essa taxa cresceu em 43% no último ano.

Preocupado com o aumento considerável desses crimes, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem dialogado com representantes de diferentes movimentos de defesa dos direitos das mulheres para compreender essa dinâmica e pensar estratégias de prevenção direcionadas às meninas adolescentes dos territórios mais vulneráveis.

Em janeiro de 2018, na maior chacina já registrada na cidade de Fortaleza, oito das 14 pessoas assassinadas eram mulheres. Após esses episódios de violência extrema, o CCPHA reuniu-se com pesquisadoras, militantes e representantes da esfera pública para debater medidas a serem implementadas em curto prazo. Uma das sugestões do grupo é o aprofundamento de uma pesquisa sobre as trajetórias das meninas que morreram durante o ano de 2017.

Isabel Carneiro, do Fórum Cearense de Mulheres, alerta sobre o trabalho precário ao qual as mulheres estão submetidas, acrescentando que essas trajetórias devem ser estudadas de modo mais aprofundado. “O nosso foco de intervenção devem ser as adolescentes, uma vez que elas estão em uma condição mais vulnerável por não acessarem políticas públicas específicas”, afirma.

Para a coordenadora especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial do Ceará, Zelma Madeira, é preciso “entender essa nova configuração do que é ser mulher”. Luiza Perdigão, representando o Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa, defendeu a qualificação dos dados de homicídios e iniciativas que possam tramitar na instância do Poder Legislativo relacionadas ao enfrentamento de feminicídios no Estado.

Margarida Marques, do Instituto Negra do Ceará (INEGRA), denunciou a insegurança e insignificância vividas pelas mulheres nos espaços de poder, tornando-as mais vulneráveis. “Precisamos ter visibilidade enquanto mulheres para gerar políticas públicas para adolescentes e mulheres jovens”, opinou. Na avaliação da militante, é importante reivindicar a abordagem do feminicídio em crimes dessa natureza, ressaltando que, ainda que um crime seja atribuído à relação com o tráfico de drogas, a violência de gênero e seus agravantes não podem ser desconsiderados.

O grupo continuará se reunindo para discutir estratégias de prevenção dos feminicídios, especialmente no público de adolescentes. Somados à produção de dados qualificados, outros encaminhamentos foram aprovados, como aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas que relacionam feminicídio, aumento do encarceramento, violência doméstica e sistema socioeducativo.

Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará

—
por Luiz Fábio Paiva, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC)

AS MANEIRAS DE se fazer o crime, no Ceará, sofreram algumas transformações importantes nos últimos anos, com novas formas de envolvimento, relações, estratégias, vinganças, normalização de condutas, controle social e dominação. As mudanças afetaram de maneira significativa as práticas de violência, alterando equilíbrios relativos entre grupos, criando por um lado movimentos de pacificação e alianças e por outro intensificando a violência, sobretudo, nas periferias de praticamente todas as cidades cearenses. No ano de 2016, quando se tornou comum ouvir falar em facções, no Estado, os crimes de homicídio experimentaram uma redução importante em relação ao ano anterior. De acordo com a Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), foram ao todo 3.407 crimes violentos, letais e intencionais (CVLI), enquanto, em 2015, foram 4.439. Importante destacar que os anos de 2013 (4.395) e 2014 (4.439) também ultrapassaram a marca de 4.000 homicídios e cidades como Fortaleza, entre outras, figuraram em relatórios internacionais como uma das “mais violentas do mundo”. Assim, o ano de 2016

ficou marcado por uma redução significativa de homicídios, mas não em razão de planos de segurança. Nas periferias, ocorreu uma “pacificação”, em grande medida, pela ação de grupos dotados de alguma organização e códigos morais para feitura de crimes. Acordos realizados por eles e alianças entre grupos locais possibilitaram uma trégua entre rivais que se matavam, sistematicamente. O acordo teve efeito positivo na vida dos moradores das periferias porque a trégua possibilitou a volta da circulação em todo o bairro, assim como reduziu assaltos nos territórios.

As esperanças depositadas no processo de pacificação, no entanto, foram frustradas por outro movimento iniciado ainda no ano de 2016, quando as duas principais organizações responsáveis pelo movimento de “pacificação” entraram em conflito. Entre os “grupos de fora”, atuantes no Ceará, estão as facções criminosas Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). Conforme as narrativas de moradores das periferias cearenses, a “boa relação” entre o CV e o PCC era fundamental para o processo de pacificação. Além dessas três grandes organizações, observou-se o surgimento de uma nova organização autointitulada os Guardiões do Estado (GDE), com o discurso de ser do Ceará, autônoma e independente das “de fora”. A organização cearense se tornou possível pela articulação de grupos locais que, entre outras coisas, não concordavam com o comando local das “facções de fora”, além de não entrarem em acordo quanto ao “proceder” exigido por cada grupo. A ação

dos quatro grupos, no Estado, se transformou em meados de 2016, quando foi deflagrada uma “guerra” entre PCC e CV. Independentemente das razões que provocaram o conflito, o resultado foi o “fim da pacificação” e início de uma escalada incrível de assassinatos. Em 2017, foram registrados 5.134 ocorrências de CVLI, o maior número em toda história do Ceará.

A escala de violência foi sentida na periferia e algumas considerações adiante são resultados de estudos de discursos proferidos em conversações com moradores, militantes políticos, lideranças comunitárias, educadores sociais, operadores de segurança e justiça. Ademais, foi feita análise de matérias jornalísticas e redes sociais que, em geral, propagam mensagens vinculadas às facções. Ao final da “pacificação”, observou-se que o CV e FDN mantiveram uma aliança que funciona, também, no trabalho nacional e internacional desses grupos, enquanto o PCC articulou uma aliança com a organização local GDE. O papel da GDE nesse processo é importante, pois havia uma resistência importante de cearenses envolvidos com o crime de pagar “contribuições” para um “grupo de fora”. Assim, a GDE construiu uma aliança interessante pela capilaridade do PCC e suas boas condições de acesso a drogas e armas, mantendo um discurso que agradou e proporcionou adesões que, possivelmente, não seriam feitas a organização paulista. Assim, os bairros outrora separados pelas suas lógicas locais foram reterritorializados pelos grupos, com seus integrantes afirmando que a área é “Tudo 2” (CV e FDN) ou “Tudo 3” (GDE e PCC). Eliminar os inimigos é a prioridade de cada um desses grupos, mas aqui reside uma das principais mudanças da guerra entre facções em relação ao conflito anterior à maior participação desses grupos. A noção de “inimigo” nos discursos desses grupos é bastante elástica. “Simpatizantes” do outro grupo podem ser “decretados”, ou seja, considerados a ser assassinados por “fechar com o inimigo”. Mulheres que têm relações afetivas com envolvidos nas facções são classificadas como “marmitas” e, também, podem ser decretadas, com suas imagens expostas em redes sociais como Facebook. Essas novas configurações das maneiras de fazer o crime geraram novas mortes em um Estado que, historicamente, é marcado por números relevantes de homicídios e um número muito pequeno de resolução e punição de responsáveis por esse tipo de crime.

Outro problema que não pode deixar de ser lembrado é relativo aos conflitos territoriais entre jovens do sexo masculino que marcam a história de várias comunidades das periferias cearenses. As divisões territoriais entre gangues estruturaram relações entre variados grupos de jovens nas cidades cearenses. Em muitos locais, as pessoas não conseguem explicar o motivo, mas sabem que existem divisões que precisam ser respeitadas e as pessoas que moram em uma determinada área não podem circular por outras. Desobedecer significa quebrar uma regra que existe desde muito tempo e, portanto, precisa ser respeitada. Infligir a regra pode significar ser vítima de um assassinato. Em cidades como Fortaleza, em quase todos os bairros da periferia, é possível

encontrar divisões territoriais, com sistemas de vingança que funcionam há pelo menos duas décadas. Jovens de um lado matam os de outro, celebram e soltam fogos para demonstrar que realizaram ações contundentes contra o grupo rival. Milhares de jovens morreram nos últimos 20 anos sem que suas vidas fossem objeto de cuidado do Estado, das agências de segurança e justiça. A situação se tornou tão comum que a polícia passou, em seu discurso público, a falar primeiro da vítima, declarando que determinados crimes são resultados de “acertos de contas entre bandidos”. Os gestores da SSPDS, inclusive, tentaram utilizar esse mesmo discurso para explicar a Chacina do Curió, antes que as provas evidenciassem que o crime foi cometido por policiais em retaliação ao assassinato de um policial.

Ao considerar o cenário cearense, é possível afirmar que, quando os integrantes das facções criminosas decidiram imprimir uma dinâmica de controle mais intensa em presídios e comunidades, eles encontraram, em todo o Estado, condições ótimas para isso. Já existiam grupos articulados e prontos para fazer o crime de acordo com os processos desenvolvidos por grupos como PCC, CV e FDN. A ideia de unir, “defender o irmão”, “ser um por todos e todos por um”, assim como “andar pelo certo” surtiram efeitos simbólicos importantes na geração de sentimentos de pertença às facções. Observou-se que grupos locais foram redimensionados como “tropas” que compõem uma facção que está unida para fazer o crime e, conseqüentemente, fazer a guerra contra seus inimigos. Assim, como “tropas”, vários grupos locais se articularam a um comando comum, não deixando de imprimir uma lógica específica a rede na qual estão inseridos. As facções criminosas atualizaram ódios de uns contra outros, criando novos arranjos e referências para todos aqueles que, em qualquer região do Estado, tornaram aliados ou inimigos, dependendo da facção a qual estão integrados.

Ao se tornarem centrais na organização e articulação das ações criminosas entre envolvidos em mercados ilegais e controle social de presídios, as facções possibilitaram que grupos que disputavam o poder com outros dentro dos bairros, agora estejam atuando em outra perspectiva. Era comum que os bairros de cidades cearenses estivessem divididos em territórios e cada um deles tivesse uma gangue que controlava a área, as armas e o tráfico dentro da sua área. A identidade da gangue era territorial e os inimigos eram as gangues de outros territórios. Em muitos casos, esses grupos praticavam assassinatos sistemáticos de inimigos sem nunca ocupar o território do outro. Durante anos, moradores dessas localidades assistiram a morte sistemática dos membros desses grupos e as forças policiais explicaram os crimes como acertos de contas sem, também, interferir na mortalidade dessas pessoas.

A qualidade das armas e das ações também se transformou com a chegada das facções, com novas tecnologias e estratégias para eliminação de pessoas classificadas como inimigas. Na época das gangues, os assassinatos, em geral, eram cometidos a pé ou por dois homens em uma moto, matando um único



indivíduo e partindo em fuga até que o grupo rival vingasse da mesma forma o seu morto. Era comum o uso de pistolas ou revólveres na prática dos assassinatos. As das facções demonstram uma logística bem mais estruturada, com até dois carros e homens fortemente armados atirando contra cinco ou seis pessoas. As pistolas, também, foram substituídas por fuzis capazes, inclusive, de perfurar blindagens. Ousadas como invadir uma instituição pública, retirar pessoas de suas casas e executá-las após práticas de tortura, postando vídeos na Internet, também se tornaram usuais. Na fala de moradores da periferia, observam-se declarações de medo mesmo de quem conviveu durante anos em territórios marcados por mortes sistemáticas. É comum observar a existência de “tribunais do crime” e práticas de tortura brutais, o que não parecia acontecer anteriormente. “Parece que agora eles brigam para ver quem é mais cruel”, destacou um morador que conviveu desde a infância com mortes no bairro e agora se sente amedrontado como nunca antes. O sentimento é de que agora qualquer um pode ser o alvo de uma força que exerce a violência sem resistência moral ou institucional.

Era comum que, em bairros cearenses, as gangues matassem pessoas envolvidas diretamente na prática de crimes, com uma identificação clara como integrantes de um grupo rival. Na atual guerra desenvolvida entre as facções, no Ceará, estendeu o escopo das ações de retaliação a familiares e pessoas das comunidades que, supostamente, tenham relações de amizade ou amorosas com pessoas que vivem em áreas controladas por outros grupos. Além dos decretos de morte, a expulsão do local de moradia se tornou um evento comum, com famílias escoltadas por forças policiais para sua segurança. Observamos a existência, nas mais diversas regiões do Estado, de famílias deslocadas de seus locais de moradia sem compreender, exatamente, o motivo pelo qual sofreram a retaliação. Narrativas demonstram que existe uma espécie de “caça às bruxas”, com acusações absurdas

de ligação de pessoas sem envolvimento às facções. Operadores de segurança chamam atenção para existência de locais estratégicos que interessam a determinado grupo, portanto, cria-se a ideia de que ali são pessoas ligadas ao grupo rival. Casa e até ruas inteiras têm se tornado alvo de expulsão. Ademais, assassinatos de comerciantes, também, fomentam discursos de que as facções exigem colaborações que, não satisfeitas, podem causar a morte da pessoa.

Por fim, é importante salientar que, no Estado do Ceará, vive-se nada menos do que uma tragédia humanitária. Os poderes públicos, na esfera federal e estadual, optaram por deixar acontecer, possibilitando que presídios e unidades de atendimento se tornassem espaços de geração das facções, com esquemas de adesão e reuniões que repercutem fora dos muros das instituições de controle social. Ao assistir “bandidos” serem assassinados, os governos permitiram que o homicídio se tornasse um dispositivo usual de controle social e normalização das condutas utilizado pelas facções. A sensação é de que os governos brasileiros acreditaram no lema “paz, justiça e liberdade” das facções, investindo na ideia de elas poderiam gerenciar melhor do que os Estados o “proceder” das pessoas que fazem o crime. Diante da crença de que os homicídios e torturas feitos por criminosos contra criminosos poderiam ser usados para o controle social do próprio crime, o Estado entregou possibilitou com as “quebradas” se tornassem espaços sociais controlados por quem faz o crime acontecer. A extensão e os efeitos políticos e culturais desse processo ainda requerem muito do nosso esforço de compreensão desse fenômeno social. A discussão é muito mais ampla e existem outros elementos que escaparam a essa reflexão cujo intuito é alimentar um debate em movimento.

A bibliografia utilizada no artigo está disponível no final deste relatório.

Análise epidemiológica e distribuição espacial dos homicídios de crianças e adolescentes (10-19 anos) residentes em Fortaleza no ano de 2017

—

por Antonio Silva Lima Neto, consultor do CCPHA, médico epidemiologista e doutor em Saúde Coletiva

UMA ANÁLISE inicial pautada exclusivamente no número absoluto de homicídios em Fortaleza evidencia marcos temporais que exigem explicações de contexto, pois a variação anual foge do padrão de ocorrência de eventos não transmissíveis. O biênio 2016-2017 se inscreve nessa tendência. O padrão errático de aumentos e quedas abruptas em curto espaço de tempo é observado com maior frequência em séries históricas de doenças onde há contágio direto “pessoa a pessoa” ou onde a transmissão é mediada por um vetor - caso das arboviroses como dengue, zika e chikungunya. Estas são, em geral, sazonais e dependentes da interação entre hospedeiro, agente infeccioso e meio ambiente. Por essa razão, sobretudo em grandes cidades, pode haver alternância entre anos epidêmicos de altíssima incidência de dengue, por exemplo, com outros onde o número de casos confirmados é muito baixo. Grandes variações também são vistas após a introdução de vacinas eficazes que rapidamente podem eliminar ou erradicar uma doença.

A figura 1 mostra que a evolução dos homicídios em Fortaleza aproxima-se do comportamento epidemiológico de uma doença transmissível, contagiosa. Mesmo mortes violentas causadas por acidentes de trânsito ou suicídios tendem historicamente, desde que não influenciadas por fatores imprevisíveis e agudos, a discretas flutuações anuais e à consolidação lenta de tendências. Analisando a figura 1, três períodos merecem especial atenção e referendam a ideia já adotada em outras cidades de que o evento homicídio pode se propagar à maneira dos surtos:

2009-2013 – Aumento exponencial dos homicídios de adolescentes (10-19 anos) com incremento de 120% no número de mortes.

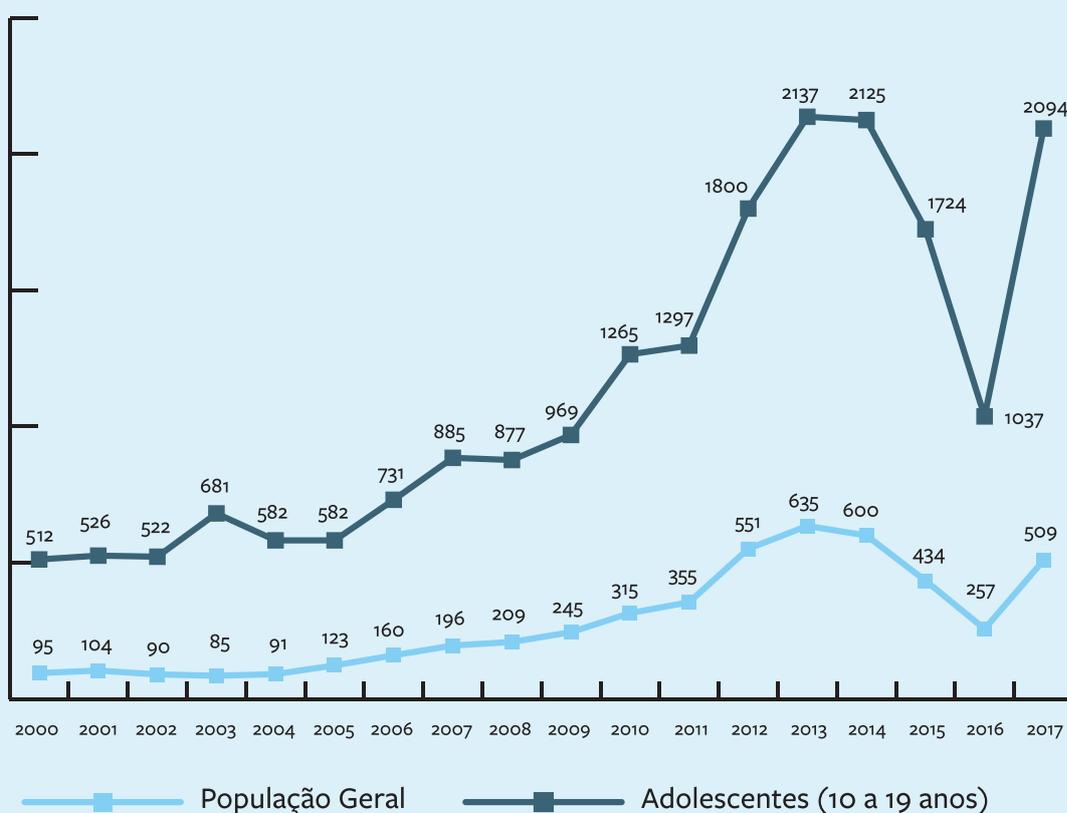
2014-2016 – Redução brusca de 57% do total de homicídios perpetrados contra pessoas entre 10 e 19 anos.

2016-2017 – Em apenas um ano o número de homicídios entre adolescentes praticamente dobrou, como aumento proporcional de 98%.

A análise temporal também é válida para as variações ocorridas no número de homicídios em Fortaleza, independentemente da faixa etária (população geral). Cada período tem determinantes locais e nacionais que já foram enunciados em relatório anterior e que são debatidos ao longo desta publicação, com particular ênfase ao último biênio.

O determinante central que tem sido apontado por instituições, organizações não governamentais, movimentos sociais e imprensa como responsável em grande medida por tão importante aumento dos homicídios entre 2016 e 2017 é a chamada “guerra entre facções”. Esta análise não discute o tema por não dispor de dados oficiais sobre circunstâncias envolvidas nos assassinatos. Estas não constam nas Declarações de Óbito (DOs) armazenadas no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), que é a base dos dados aqui discutidos.

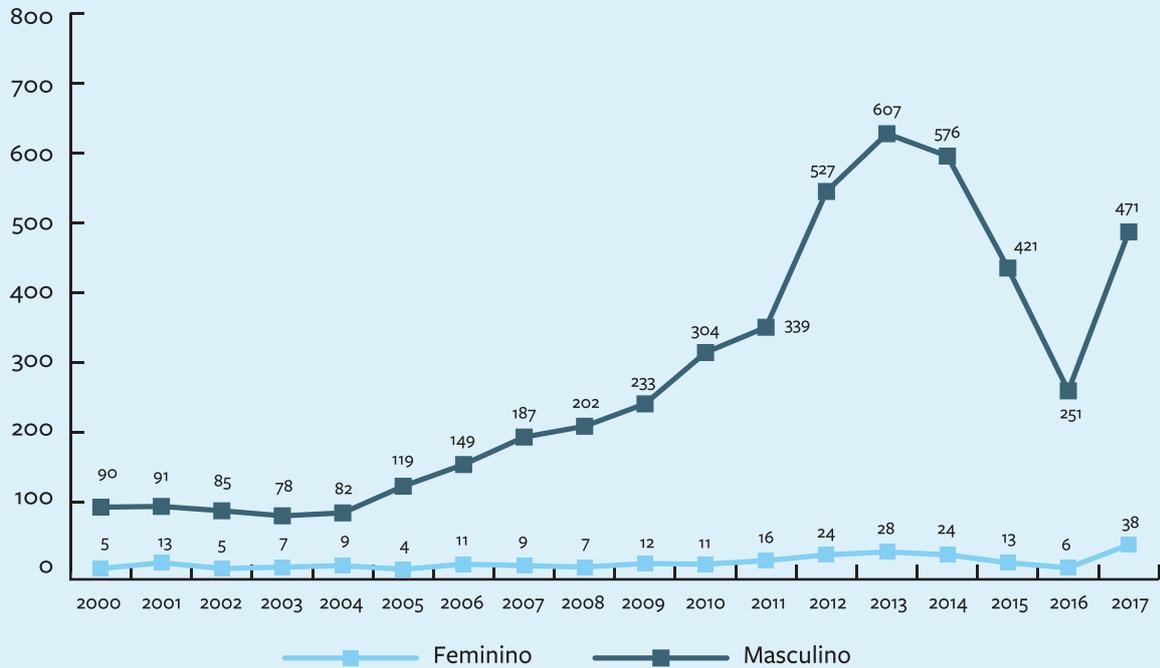
Figura 1: Frequência absoluta dos homicídios em Fortaleza entre 2000 e 2017 (população geral e no grupo etário de 10 a 19 anos).



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

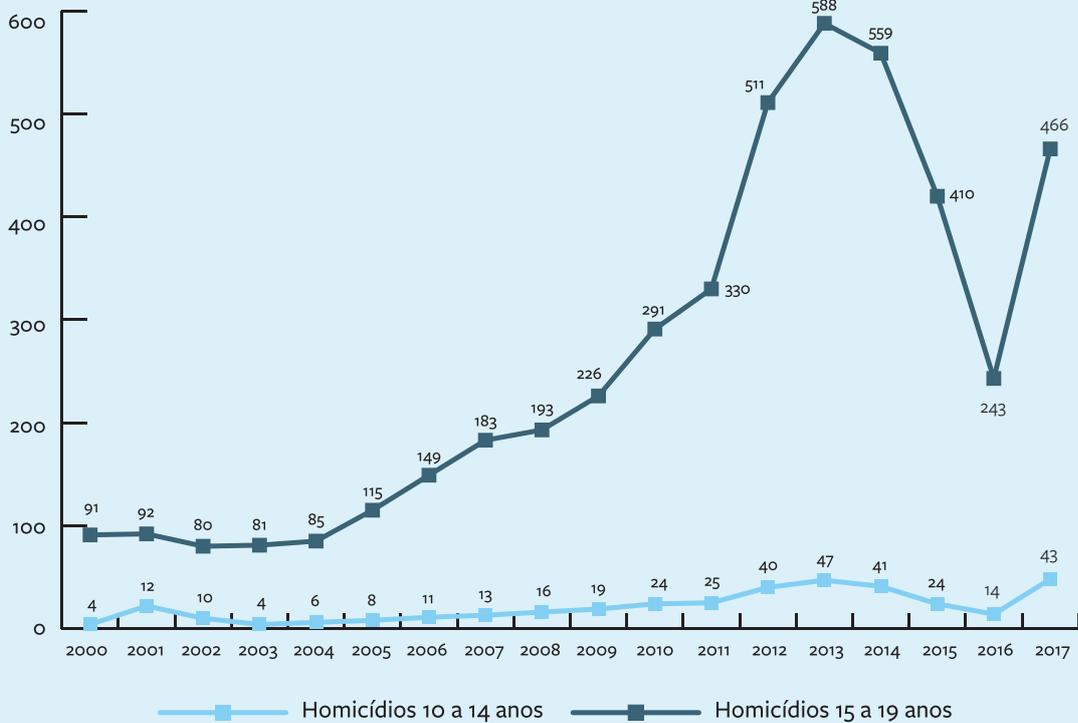
Atendo-se ao ano de 2017, a figura 2 sugere um fenômeno ainda por ser melhor descrito e compreendido que é o aumento do número de mortes de jovens do sexo feminino em uma proporção bem maior (533%) do que à observada no sexo masculino (87%). Este foi o ano com maior número de assassinatos da série histórica (N=38). Entre 2016 e 2017, o percentual de meninas assassinadas saiu de 3,8% (2016 - 6/257) para 7,5% (2017 - 38/509). Não podemos esquecer que os assassinatos de jovens do sexo masculino ocorrem em escala muito maior, mas a situação descrita deve ser seguida porque pode estar se constituindo em uma tendência.

Figura 2: Frequência absoluta de óbitos por homicídios na população adolescente (10-19 anos), segundo sexo. Fortaleza, 2000 a 2017 (*)



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

Figura 3. Frequência absoluta de óbitos em crianças e adolescentes, segundo faixa etária. Fortaleza, 2000-2017.



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

Assim como podemos observar um aumento importante das mortes de “meninas”, também houve uma “infantilização” dos assassinatos, como demonstra a figura 3. Na transição entre 2016 e 2017, o incremento foi de 92% nos homicídios de adolescentes que tinham entre 15 e 19 anos, ante 207% na faixa etária de 10 a 14 anos.

A tabela 1 aponta para diferenciais importantes no que diz respeito à epidemiologia dos homicídios nos bairros de residência das vítimas de Fortaleza em 2017, quando analisamos o componente etário. Os dados mostram que, em alguns bairros, a proporção de crianças e adolescentes assassinados foi bem maior do que em outros, quando consideramos o total de assassinatos. Enquanto no Conjunto Palmeiras, por exemplo, 40% dos homicídios tiveram como vítimas adolescentes, em Messejana essa proporção foi de 14%. Essa variação tem determinantes contextuais que devem ser investigados e explicitados com base em estudos posteriores, delineados com este fim.

Tabela 1. Homicídios na população geral, Homicídios no grupo etário de 10-19 anos e Proporção dos Homicídios no grupo etário de 10-19 (%) ocorridos nos 20 bairros de Fortaleza com maior número de assassinatos em 2017.

BAIRRO	ÓBITOS POR HOMICÍDIOS		
	POP GERAL	POP ADOLESC.	%
BOM JARDIM	107	31	29,0
JANGURUSSU	104	31	29,8
BARRA DO CEARÁ	100	26	26,0
MONDUBIM	72	20	27,8
PREFEITO JOSÉ WALTER	61	14	23,0
CANINDEZINHO	54	17	31,5
EDSON QUEIROZ	53	13	24,5
ANTÔNIO BEZERRA	48	12	25,0
CRISTO REDENTOR	48	10	20,8
PASSARÉ	48	15	31,3
VICENTE PINZON	45	16	35,6
PARQUE GENIBAU	43	9	20,9
MESSEJANA	43	6	14,0
BARROSO	41	14	34,1
SIQUEIRA	41	10	24,4
CONJUNTO PALMEIRAS	37	15	40,5
GRANJA LISBOA	37	9	24,3
GRANJA PORTUGAL	36	9	25,0
QUINTINO CUNHA	35	8	22,9
VILA VELHA	35	9	25,7

A figura 4 mostra que o aumento do número de homicídios entre 2016 e 2017 em Fortaleza ocorreu de maneira quase homogênea, considerando os bairros da cidade. Essa é uma constatação rara - um evento aumentar sua incidência em todo o espaço de uma metrópole em apenas um ano - que só é observada nas epidemias explosivas por doenças transmissíveis. Esta é mais uma evidência de que um fator extraordinário, como o conflito declarado entre gangues, pode ter influenciado decisivamente a mudança no padrão de ocorrência do evento.

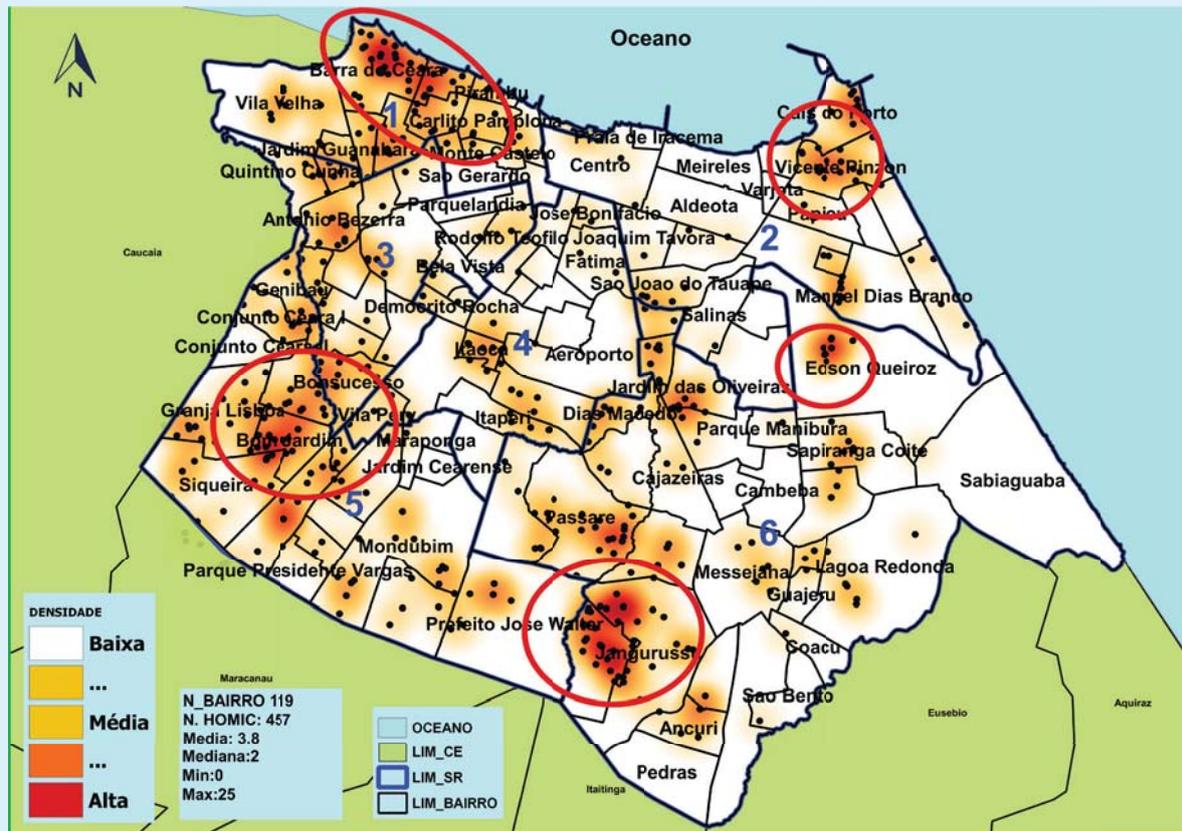
Figura 4: Variação da taxa de mortalidade por homicídios de crianças e adolescentes (10-19 anos) entre 2016 e 2017 por bairro de Fortaleza.



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

A figura 5 apresenta os homicídios de adolescentes ocorridos em 2017, georreferenciados de acordo com o endereço da vítima. Observa-se uma “pulverização” do evento, com aglomerados de mortes (“clusters” marcados em vermelho) em praticamente todas as regionais. Ao contrário de anos anteriores, quando poucos bairros concentravam uma proporção importante dos homicídios, em 2017 o fenômeno se expandiu para quase toda a cidade. Em comum apenas o fato de que os 20 bairros mais violentos têm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classificado como muito baixo (IDH <0,5). Essa constatação aponta para a determinação social incontestável da ocorrência dos homicídios em Fortaleza.

Figura 5: Distribuição espacial e densidade de Kernel dos homicídios de crianças e adolescentes (10-19 anos) em Fortaleza no ano de 2017.



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

Programas e políticas públicas devem focar em adolescentes vulneráveis

A SITUAÇÃO DE EPIDEMIA que hoje caracteriza a violência letal na adolescência, especialmente nos estados do Nordeste, tem despertado discussões e iniciativas que apontem para a redução dessas mortes. “É preciso pensar fora da caixa”, sugere o deputado Renato Roseno, referindo-se à necessidade de inovação e reformulação do modus operandi das políticas públicas com foco na juventude, especialmente a parcela mais exposta à violência.

O principal desafio, diante de um contexto de avanço das mortes de adolescentes e jovens, é chegar ao público de meninos de 10 a 19 anos mais vulneráveis nos territórios e que podem entrar para as estatísticas dos próximos homicídios. Na avaliação de Renato Roseno, é preciso distinguir os conceitos de proteção social e prevenção da violência no Brasil. O primeiro estaria relacionado à universalidade das políticas públicas pensando na sociedade de modo geral. A prevenção, por sua vez, volta-se de maneira mais específica, por meio de programas e políticas, para a população que está efetivamente mais vulnerável ao fenômeno da violência.

Para abranger a complexidade que permeia o contexto de violência letal no Brasil, os níveis de prevenção¹ foram divididos em três. A prevenção terciária é dirigida a pessoas e grupos que sofreram violência, o que demanda a diminuição dos danos causados por essa violação a fim de evitar a revitimização. As intervenções secundárias focam em pessoas e grupos com alto risco de se tornarem vítimas ou autores de homicídios, e as ações de prevenção primária são pensadas para o conjunto da população.

Compreendendo a urgente demanda de chegar, de maneira rápida e eficiente, aos jovens que não foram vítimas de violência, mas que vivem em um contexto de vulnerabilidades, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência defende a implementação de iniciativas, no âmbito do poder público e da sociedade civil organizada, com foco na prevenção secundária.

1 As definições constam na publicação “Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe”, de Ignacio Cano & Emiliano Rojido.



Fortaleza sediou, em novembro de 2017, reunião da Plataforma de Centros Urbanos (PCU) do UNICEF para debater estratégias voltadas à proteção de adolescentes vulneráveis. Foto: Paulo Rocha

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, em reunião da Plataforma de Centros Urbanos (PCU) do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na Assembleia Legislativa, pesquisadores de diferentes capitais do Brasil discutiram estratégias para identificar e executar ações específicas voltadas aos adolescentes que estão mais vulneráveis aos homicídios.

Apesar de serem muito relevantes, esses programas de proteção de vítimas de violência não conseguem incluir parte dos adolescentes vulneráveis por conta do recorte bem definido do público atendido, necessidade de deslocamento do local de moradia e regras muito rígidas de permanência no programa, por isso nem sempre conseguem adesão dos adolescentes e seus familiares.

Como resultado da reunião da PCU em Fortaleza, da qual participou o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, será criado um grupo, com adesão de diferentes

estados, para trocar experiências de ações visando prevenir homicídios na adolescência, como a construção de boletim epidemiológico das mortes violentas de jovens. A experiência de boletim da Prefeitura Municipal de Fortaleza – apresentada durante o evento – deve servir de referência para outras capitais como ferramenta para monitorar os índices de violência letal.

Além da construção de boletim epidemiológico, a proposta é que as 10 capitais que integram a PCU possam desenvolver um protocolo intersetorial de atenção às famílias vítimas de assassinato, por meio de visitas sociais com questionário sobre as circunstâncias das mortes, e aprimorar o debate sobre a prevenção de homicídios no contexto do orçamento público.

O coordenador do UNICEF no Ceará, Rui Aguiar, apontou ser salutar a atualização das informações sobre os adolescentes assassinados, uma vez que “o perfil dessas mortes é muito

dinâmico”. O relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Renato Roseno, reforçou a necessidade de políticas públicas direcionadas a adolescentes grávidas. De acordo com pesquisa de campo realizada pelo colegiado em 2016, 55% dos meninos assassinados em Fortaleza eram filhos de mulheres que engravidaram na adolescência.

Pesquisadores e técnicos que participaram do evento avaliaram que a implementação de um boletim epidemiológico deve ser uma das ferramentas para traçar o diagnóstico da violência nos territórios urbanos. A sugestão é que, somado ao

boletim, haja um mapeamento dos serviços sociais prestados à população nos locais onde houve o fenômeno do homicídio: postos de saúde, escolas, centros de referências, dentre outros.

Uma das mesas de debate do evento centrou-se na importância de políticas específicas de prevenção de homicídios no orçamento público. Na avaliação do consultor de Segurança da PCU e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), André Rodrigues, o orçamento é uma decisão política. “A matemática e as contas vêm depois”, pontuou.

Iniciativas positivas apresentam alternativas para prevenir homicídios

Luta pela Paz

Em novembro, a equipe do Comitê recebeu a visita de representantes do Luta pela Paz (LPP), organização fundada há quase 18 anos no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, como resposta comunitária ao ingresso de jovens no tráfico de drogas e na violência armada. A iniciativa envolve cinco eixos de enfrentamento à violência: projetos de boxes e artes marciais, educação, empregabilidade, suporte social e liderança juvenil. “O foco não é o alto rendimento (de atletas), mas a participação. E de como você pode ser visto como uma pessoa forte, mas pacífica”, explica Luke Dowdney, fundador e diretor da organização, que estava acompanhado da gerente de Tecnologia Social da LPP, Gabriela Peixinho.

Após essa visita, o LPP já voltou a Fortaleza para conhecer iniciativas de organizações



Em novembro de 2017, a equipe do Comitê recebeu a visita de representantes do Luta pela Paz (LPP), organização fundada há quase 18 anos no Complexo da Maré, Rio de Janeiro. Foto: Arquivo CCPHA

comunitárias que atuam nos territórios mais vulneráveis. A proposta é que a ONG possa compartilhar com projetos existentes no Estado do Ceará a tecnologia social usada pela organização. Desde 2001, mais de 152 organizações comunitárias já foram treinadas pelo Luta pela Paz no Rio de Janeiro e em Londres. Entre 2011 e 2016, 131 organizações de 26 países receberam treinamento.

Visão Mundial

No segundo semestre de 2017, a Visão Mundial iniciou o projeto Eu Sinto na Pele, em parceria com o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP) e a Fundação Open Society. A campanha inicia em 2018 o ciclo de formações com adolescentes e jovens nos territórios. Em novembro de 2017, o CCPHA participou do lançamento da iniciativa, cujo foco é a mobilização e sensibilização da sociedade e do poder público para alcançar incidência nas políticas públicas.

Participaram do encontro representantes de diferentes organizações, como Fórum de Jovens

do Jangurussu, Fórum Popular de Segurança Pública, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e Rede de Juventudes em Defesa dos Seus Direitos Sociais (Rejudes).

Desde 2008, a Visão Mundial também mantém o projeto Meninos de Deus, que, por meio de atividades de futebol, tem o propósito de transformar a realidade de crianças e adolescentes envolvidos com a violência ou em situação de vulnerabilidade. Atualmente 120 meninos de seis a 14 anos são atendidos pelo projeto nas comunidades Santa Filomena, Palmeiras e Perimetral.



O CCPHA participou, em novembro de 2017, do lançamento do projeto Eu Sinto na Pele, voltado à mobilização e sensibilização da sociedade e do poder público sobre a violência letal. Foto: Arquivo CCPHA



Em dezembro de 2017, a ONU organizou, como parte das atividades da campanha Vidas Negras, um encontro em Fortaleza. Foto: Arquivo CCPHA

Vidas Negras

Como parte das ações da Década Internacional de Afrodescendentes, o Sistema ONU Brasil lançou a Campanha Vidas Negras, tendo como objetivo dar visibilidade ao problema da violência e do extermínio da juventude negra no país.

Levando em conta os elevados índices de homicídios na adolescência no Ceará e na capital Fortaleza, a ONU organizou, em dezembro de 2017, como parte das atividades da campanha Vidas Negras, um encontro na sede do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca/CE), com diferentes representações da sociedade civil organizada, movimentos sociais e organismos

internacionais na tentativa de ampliar o diálogo sobre tema.

A equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participou da discussão, que pautou as fronteiras raciais do genocídio no Brasil e a falta de reconhecimento do problema, além da dificuldade de acesso aos dados oficiais a partir do recorte de raça. Para o grupo, as ações das polícias nas comunidades das grandes capitais constroem como inimigo o jovem, negro, morador da periferia, reforçando essa lógica cruel que rege a “guerra às drogas”.



O projeto Vivo Cidadania incorporou ao seu plano de ações as recomendações de prevenção de homicídios do CCPHA. Foto: Arquivo CCPHA

Vivo Cidadania

Executado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), o projeto Vivo Cidadania tem atuado com o propósito de articular esforços sociais para a redução dos homicídios de adolescentes no Grande Bom Jardim. A iniciativa tem a intenção de articular a cooperação comunitária e interinstitucional, por meio de estratégias de prevenção junto a grupos de adolescentes em situação de exposição à violência.

Partindo da colaboração do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o projeto pretende contribuir para a constituição de um Comitê Local de Prevenção e Proteção à Vida dos Adolescentes, seguindo os parâmetros de uma Rede de Proteção Pela Vida dos Adolescentes no Grande Bom Jardim. A iniciativa ainda almeja

fortalecer a participação de grupos de adolescentes, jovens e de organizações da sociedade civil local no monitoramento de políticas públicas atuantes no território; desenvolver ações complementares de busca ativa e interlocução comunitária privilegiada junto aos adolescentes em contexto de vulnerabilidade social; e defender, valorizar e fortalecer as iniciativas de resistência e ocupação do espaço público organizadas pelos adolescentes e jovens.

O projeto terá tempo de duração inicial de um ano e é financiado por recursos públicos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FDCA), conforme edital do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, como contrapartida da organização de cooperação internacional Misereor.

Luta Viva

Iniciativa do Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA), o projeto Luta Viva vem promovendo ações visando à efetivação das recomendações elaboradas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA).

Financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, o projeto tem três eixos de atuação. O primeiro é a participação em espaços políticos e de articulação, como CCPHA, Comitê Executivo Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CEMPHA) e Conselho Consultivo do Programa de Proteção a Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Esta atuação tem como propostas a afirmação e cobrança do papel do Estado na implementação de políticas públicas de modo a reduzir homicídios na adolescência.

Uma das conquistas foi a inclusão de 18 propostas no Plano Plurianual (PPA) de Fortaleza, visando contemplar diversas ações que dialogam com a maioria das 12 evidências do relatório do CCPHA. Em 2018, a proposta é colocar em pauta a execução orçamentária de iniciativas e programas relacionados à prevenção da violência letal na juventude.

O segundo eixo é o trabalho com coletivos de juventudes, focando em quatro territórios de maior vulnerabilidade à violência letal: Grande Bom Jardim, Barra do Ceará, Vicente Pinzón e Grande Jangurussu. A ação objetiva construir um diálogo horizontal e conhecer as pautas e necessidades dos diversos coletivos, movimentos e ONGs que atuam na prevenção e enfrentamento aos homicídios de adolescentes naqueles territórios. Neste eixo, o Fórum DCA se propõe a construir diálogos e estratégias conjuntas nos quatro territórios.

Outra atividade relevante do projeto foi o apoio à Segunda Marcha da Periferia, realizada em novembro de 2017, quando a Chacina do Curió completou dois anos.

A comunicação entra como terceiro eixo por meio da realização de uma campanha nas redes sociais para divulgar e fortalecer as 12 recomendações do CCPHA. Com o projeto Luta Viva, o Fórum DCA espera contribuir com o processo de efetivação das recomendações e construir caminhos para que grupos de militantes e coletivos juvenis possam incidir na agenda pública pela redução dos homicídios.



Fórum DCA tem participado regularmente das atividades do Comitê e acompanhado a execução orçamentária das políticas para a juventude. Foto: Arquivo CCPHA.

Comitê vai acompanhar ações do Selo UNICEF

A EDIÇÃO 2017-2020 do Selo UNICEF incluiu a prevenção de formas extremas de violência contra crianças e adolescentes como uma das exigências para que os 1.919 municípios participantes consigam a certificação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Dialogando com as recomendações do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), a intenção do Selo UNICEF é que as gestões municipais se mobilizem contra as elevadas taxas de violência letal de adolescentes.

Nesta edição, o Selo UNICEF prevê programas e políticas de inclusão social de famílias vulneráveis no município; sistema de proteção social básica fortalecido; busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola; mapeamento de estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município; promoção da igualdade racial na rede escolar municipal; acesso ao esporte educacional, seguro e inclusivo; serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; atendimento socioeducativo em meio aberto alimentando os cadastros nacionais; e ações multissetoriais de proteção do direito à vida dos adolescentes.

As ações de enfrentamento à violência letal incorporadas ao Selo UNICEF partem das 12 evidências de vulnerabilidades mapeadas pelo CCPHA no relatório Cada Vida Importa. A pesquisa identifica o contexto no qual estavam inseridos os adolescentes assassinados no Estado do Ceará, bem como suas trajetórias de vida. A partir dessas evidências, foram elaboradas 12 recomendações para prevenir mortes de meninas e meninos de 10 a 19 anos.

No dia 7 de dezembro de 2017, o deputado Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, apresentou o relatório Cada Vida Importa no Primeiro Encontro de Capacitação do Selo UNICEF, em evento sediado na Comunidade Cristã Videira, em Fortaleza, com a participação de representantes de 176 municípios cearenses. A atividade inaugurou o diálogo do UNICEF com as prefeituras do Estado em um trabalho que se prolonga até dezembro de 2020, quando termina a atual edição.



Em dezembro de 2017, o deputado Renato Roseno apresentou o relatório Cada Vida Importa no Primeiro Ciclo de Capacitação do Selo UNICEF. Foto: Arquivo CCPHA

Durante a capacitação, o parlamentar reivindicou mobilização das gestões municipais e de setores da sociedade civil para a melhoria dos indicadores de violência letal de adolescentes no Estado. Hoje, Fortaleza e Ceará lideram o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) no País, estudo realizado por UNICEF, Observatório das Favelas, Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Ministério dos Direitos Humanos.

O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para mobilizar a sociedade e estimular que os municípios do Semiárido e da Amazônia Legal Brasileira implementem políticas públicas para garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A metodologia combina capacitação de gestores municipais, aprimoramento dos mecanismos de gestão local e participação comunitária, principalmente dos adolescentes. A edição 2013-2016 contou com 1.745 municípios, dos quais 504 receberam o Selo UNICEF.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha visita CCPHA



CCPHA participou de agenda com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha sobre o acesso seguro às políticas públicas na periferia. Foto: Marcos Moura

A EQUIPE DO COMITÊ Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) reuniu-se, em novembro de 2017, com representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para discutir possibilidades futuras de cooperação relacionadas à redução de violência letal contra adolescentes e jovens. Uma das preocupações centrais é garantir o acesso seguro às políticas públicas para quem mora em territórios mais vulneráveis à violência urbana, como escolas e serviços de saúde.

Em encontro na Assembleia Legislativa, o chefe adjunto da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Filipe Tomé, falou sobre a experiência da instituição em países com conflitos armados.

foto: Arquivo CCPHA



Sediada na Assembleia Legislativa do Ceará, a reunião teve participação do deputado estadual Renato Roseno, relator do CCPHA, além de representação do Programa Ceará Pacífico, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), Célula de Vigilância Epidemiológica da Prefeitura de Fortaleza, Núcleo de Estudos sobre Conflitualidade e Violência (Covio) da Universidade Estadual do Ceará e Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS).

Durante o encontro, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha apresentou suas experiências em conflitos armados e violência armada; o Brasil está enquadrado na última categoria. O chefe adjunto da delegação regional para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai da CICV, Filipe Tomé de Carvalho, explicou que a entidade tem como propósito promover e difundir o direito humanitário em situações de conflitos, tendo como foco a proteção das vítimas de violência.

O deputado Renato Roseno citou a importância do diálogo com os vários setores envolvidos na violência urbana, com destaque para os agentes policiais, por meio da construção de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), incluída no conjunto de recomendações do CCPHA. “Precisamos substituir o paradigma repressivo de segurança pública pelo preventivo”, opinou.

A atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha é centrada em níveis de proteção, assistência, cooperação e prevenção. Dentre as ações realizadas pela delegação regional estão projetos voltados à prevenção de saúde mental, apoio psicossocial, ações em favor de pessoas desaparecidas e seus familiares e visitas a pessoas privadas de liberdade. De 2009 a 2013, o CICV atuou em comunidades do Rio de Janeiro com ações direcionadas à população que vivia nos territórios mais violentos.

MP inicia projeto para reduzir evasão escolar no Ceará

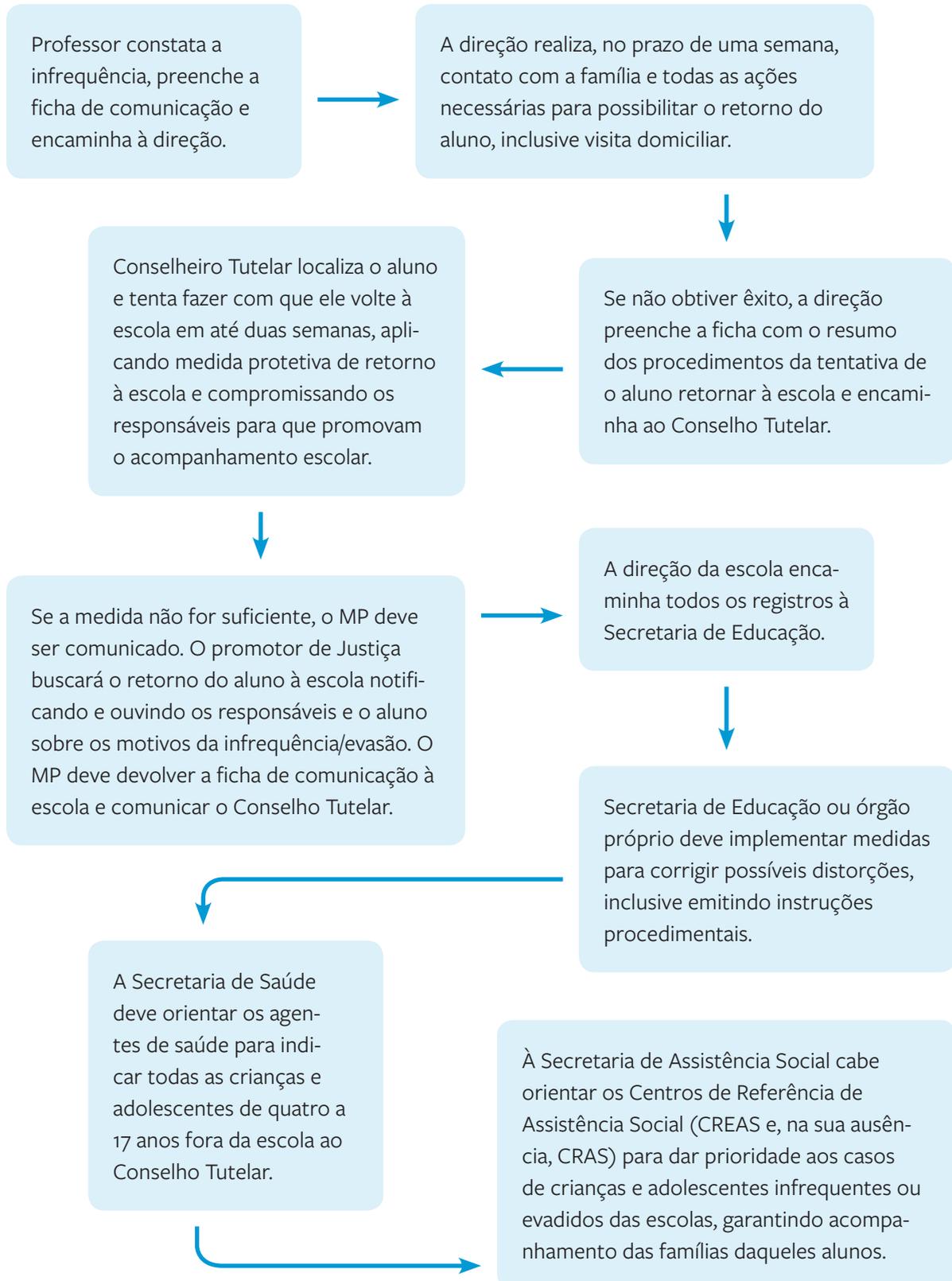
DIALOGANDO COM A RECOMENDAÇÃO número 4 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o Ministério Público do Ceará lançou o programa Cada Aluno Importa, cuja proposta é evitar a evasão escolar a partir da implantação da ficha de comunicação do aluno com baixa frequência no ensino fundamental.

Inicialmente, o projeto tem como foco os 15 municípios com maior índice de evasão escolar, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Antonina do Norte, Aurora, Barreira, Barro, Canindé, Caridade, Chorozinho, Crato, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Mulungu, Paramoti, Quixadá e São Luís do Curu.

A primeira etapa do projeto engloba as escolas de nível fundamental, enquanto a segunda fase vai incluir as escolas de ensino médio. De acordo com o projeto, as tentativas de reinserção do aluno à sala de aula serão efetuadas por diversos atores sociais em um fluxo que envolve professores, gestores escolares, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil, agentes de saúde, promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e secretarias de Educação.

Conforme o projeto Cada Aluno Importa, é relevante a atuação conjunta dos agentes de saúde e dos integrantes do Conselho Tutelar para reduzir a evasão e eliminar o analfabetismo do público com idade inferior a 18 anos. Segundo a iniciativa, os agentes de saúde do município deverão identificar (indicando o endereço e o nome dos pais ou responsáveis) todos os menores com faixa etária entre quatro e 17 anos de idade que nunca tenham se matriculado e aqueles com idade de oito a 17 anos que tenham dois ou mais anos fora da escola. Os casos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, que notificará os responsáveis das crianças e adolescentes.

Como o fluxo vai funcionar?



CCPHA acompanha construção do plano de trabalho do comitê municipal

O **COMITÊ EXECUTIVO** Municipal pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CEMPHA) vai elaborar, no primeiro semestre de 2018, um plano estratégico de ações para prevenir a violência letal em Fortaleza. Dentre as prioridades de ações estão previstos a execução de um protocolo interseccional de atendimento às vítimas de violência, busca ativa para os meninos fora da escola e mapeamento das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis).

No dia 27 de dezembro de 2017, o CEMPHA realizou a primeira reunião do colegiado. Na ocasião, o deputado Renato Roseno apresentou o trabalho desempenhado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), iniciativa que inspirou a criação do grupo no âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza.



O comitê municipal realizou, em dezembro de 2017, a primeira reunião do colegiado. Foto: Marcos Moura



O colegiado municipal de prevenção de homicídios de Fortaleza já apresentou, durante as reuniões, boletim epidemiológico com o mapa dos homicídios de adolescentes na Capital. Foto: Arquivo CCPHA

O parlamentar destacou a importância das 12 recomendações do CCPHA para prevenir homicídios de adolescentes no Ceará, salientando a construção de um protocolo intersectorial com foco em reduzir esses assassinatos. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem dialogado com a rede que envolve Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança e Justiça visando à construção de um protocolo a ser implementado, inicialmente, na capital cearense, podendo ser replicado em outras cidades posteriormente.

A vice-governadora do Estado, Izolda Cela, lembrou que o programa Tempo de Justiça possui uma proposta de protocolo para acelerar a resolução de casos de homicídios. Ela sugeriu avaliar como esse protocolo pode contemplar especificamente essas mortes na adolescência. Parceria entre Vice-Governadoria do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria da Segurança Pública, o Tempo de Justiça integra a ação do Pacto por um Ceará Pacífico.

Durante o encontro, o chefe da Célula Epidemiológica da Prefeitura de Fortaleza, Antonio Lima, fez uma apresentação dos dados de homicídios em Fortaleza, abordando o boletim epidemiológico que mapeia essas mortes violentas nos territórios da cidade.

Estavam presentes o prefeito Roberto Cláudio, secretários municipais de Fortaleza e o presidente da Central Única das Favelas (Cufa), Preto Zezé, que reivindicou a divulgação de experiências positivas e sugeriu uma agenda urgente para o governo priorizando trabalho e renda para egressos do sistema socioeducativo.

O CEMPHA é sediado no Cuca Jangurussu. Após sua instalação, os encontros do comitê municipal têm acontecido com participação de secretários municipais de Fortaleza, representantes do Governo do Estado e do sistema de Justiça, integrantes do programa Ceará Pacífico, além de representação da sociedade civil.

Pesquisadores de Harvard visitam CCPHA

PESQUISADORES DO CURSO Colaborativo de Saúde Pública de Harvard, realizado em Fortaleza, conheceram, no dia 9 de janeiro de 2018, a experiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). O encontro, sediado na Assembleia Legislativa, contou com a participação de estudiosos de universidades do Brasil e da universidade americana, além do chefe da Célula Epidemiológica da Prefeitura de Fortaleza e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Fortaleza (Unifor), Antonio Lima.

Coordenado pela professora brasileira Márcia Castro, que é docente associada de Demografia do Departamento de Saúde Global e População da Universidade de Harvard, a terceira edição do curso ocorreu de 3 a 19 de janeiro de 2018. Na visita ao CCPHA estavam presentes os integrantes do grupo que estuda violência, uma das cinco áreas do curso, que também aborda desenvolvimento na primeira infância; HIV e AIDS; dengue, zika e chikungunya; e tuberculose.

De acordo com a professora Márcia Castro, a proposta é que os estudantes que participaram do curso conhecessem experiências locais sobre as temáticas específicas e desenvolvessem pesquisas e projetos relacionados ao problema. Ela acrescentou que, além da abordagem dos homicídios, o grupo tem pesquisado violência doméstica.

O coordenador da equipe técnica do CCPHA, Thiago de Holanda, apresentou o trabalho desenvolvido pelo colegiado e a pesquisa realizada em sete municípios cearenses que resultou no relatório Cada Vida Importa. Ele explicou o conceito de jovem “matável”, lembrando que a maioria dos meninos assassinados não despertam mobilização da sociedade e do poder público por ocuparem uma posição de invisibilidade.



Pesquisadores do Curso Colaborativo de Saúde Pública de Harvard visitaram a sede do Comitê em janeiro de 2018. Foto: Dário Gabriel

O elevado número de homicídios de meninos e meninas de 10 a 19 anos no Estado do Ceará causou grande impacto aos estudiosos da universidade americana. Noor Zaniel, estudante de mestrado de Ciências e Saúde Global da Universidade de Harvard, mostrou-se interessada em colaborar com pesquisas relacionadas à temática. Os pesquisadores abordaram questionamentos sobre a relação entre evasão escolar e homicídios, projetos sociais voltados para adolescentes em situação de vulnerabilidade e impunidade associada a essas mortes.

No encontro, estavam presentes pesquisadores da Universidade de Harvard, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). O Curso Colaborativo de Saúde Pública de Harvard é resultado de parceria entre Universidade de Harvard, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Instituto da Primeira Infância (IPREDE).

Referências Bibliográficas

- BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 55-74, 2015.
- BARROS, J. P. P.; PAIVA, Luiz Fábio S.; RODRIGUES, J. S.; SILVA, D. B. da; LEONARDO, C. dos S. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza.. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 9, p. 117-128, 2018.
- CANDOTTI, Fábio M., CUNHA, Flávia M., SIQUEIRA, Ítalo B. L. Massacre penitenciário: crime e Estado no Amazonas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 28 mar. 2017.
- COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. Cada Vida Importa. Relatório Final. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA, 2016. Disponível em https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf. Acesso em 19 set. 2017.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop. São Paulo: Annablume, 1998.
- LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 80, p. 43-62, 2008.
- MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*. Vol 14, 2, 2010. Disponível em [file:///C:/Users/luiz/Downloads/etnografica-303%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/luiz/Downloads/etnografica-303%20(1).pdf). Acesso em 05/06/2016.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.
- SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal. Cidade do México, 2014. Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx>.
- PAIVA, Luiz Fábio. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. *O público e o privado*, v. 1, n. 26, 2016.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência trabalha para que todas as 127.814 crianças* nascidas no ano de 2017 no Estado do Ceará tenham uma vida digna, com garantia de todos os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

*Dados da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Foto: Marcos Moura



Assembleia Legislativa do Ceará

Mesa Diretora:

Presidente

Zezinho Albuquerque

1º Vice-presidente

Tin Gomes

2º Vice-presidente

Manoel Duca

1º secretário

Audic Mota

2º secretário

João Jaime

3º secretário

Augusta Brito

4º secretário

Robério Monteiro

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Grupo gestor:

Assembleia Legislativa do Ceará

Renato Roseno (deputado estadual)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Rui Rodrigues Aguiar

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA)

Marileide Luz

Pacto por um Ceará Pacífico

Carla da Escóssia e Domenico Abbate

Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA Ceará)

David Araújo

Coordenação da equipe técnica

Thiago de Holanda

Equipe técnica

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo e Lorena Alves

Relatório de atividades Cada Vida Importa - 2º semestre/2017

Texto e edição

Lorena Alves

Apoio à produção de texto

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo e Thiago de Holanda

Foto de capa

Davi Pinheiro

Levantamento e sistematização dos dados

Benjamim Lucas

Projeto gráfico e diagramação

Miligrama Design

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Assembleia Legislativa do Ceará, Anexo II, Edifício Dep. José Euclides Ferreira Gomes

Rua Barbosa de Freitas, 2674 (4º andar) – Dionísio Torres, Fortaleza/CE

Contatos: (85) 3277.2789 / 3277.2749 / comite.ccpha@al.ce.gov.br

www.cadavidaimporta.com.br

realização:



apoio:

